

política

Manuela propõe ações para vítimas de violência de gênero

Candidata vê Propag como caminho para o desenvolvimento do Estado pela educação



Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

Dando seguimento à série de entrevistas com os candidatos ao Senado pelo Rio Grande do Sul, o Jornal do Comércio ouviu as propostas de Manuela d'Ávila (PSOL). Ela compõe a chapa majoritária liderada pela candidata ao Palácio Piratini Juliana Brizola (PDT) e é a única mulher entre os oito principais nomes que disputam as duas vagas ao Senado - cujos partidos têm representação no Congresso Nacional.

Manuela pretende levar ao Senado propostas para o combate ao feminicídio - crime que tem crescido no Brasil nos últimos anos. Entre as medidas para as mulheres que sofrem com violência doméstica, ela destaca a criação de um auxílio financeiro para as vítimas poderem sair de casa - onde normalmente ocorrem os episódios de violência.

A candidata do PSOL, se eleita, pretende trabalhar para proibir as propagandas de bets no Brasil. Ela também é a favor da entrada do Rio Grande do Sul no novo programa de renegociação da dívida com a União, o Propag. E defende ainda a prorrogação do Funrigs e a criação do Fundo Constitucional do Sul.

Jornal do Comércio - Uma das suas bandeiras históricas diz respeito às políticas para as mulheres, o que inclui o combate à violência de gênero. Uma vez que o feminicídio tem crescido no Brasil, que propostas pretende levar ao Senado?

Manuela d'Ávila - A política de segurança pública baseada em evidências mostra duas coisas. A primeira é o que nós cha-

mamos de "House in First", ou seja, a casa em primeiro lugar. Os estudos de países que enfrentaram o feminicídio mostram que as mulheres precisam ter para onde ir quando se sentem ameaçadas. Claro que as casas de passagem e os abrigos são importantes, mas ninguém quer tirar o filho de casa para colocar em um pinga-pinga de casa em casa. Então, a moradia tem relação não só com o programa Minha Casa Minha Vida, mas também ao incremento do Plano Nacional de Combate ao Feminicídio.

JC - E o segundo ponto?

Manuela - Temos que pensar na possibilidade de um auxílio financeiro para essas mulheres. O estado de São Paulo e o município de Niterói criaram uma espécie de bolsa para mulheres em risco de feminicídio. Niterói tem 19 meses sem um feminicídio, porque as mulheres em alto risco de morte recebem auxílio para sair de casa. Isso é o que há de mais eficaz no momento.

JC - A prorrogação do Funrigs é um tema recorrente nos debates com os candidatos ao Senado. O que pensa sobre isso?

Manuela - Ficamos muito impactados com a apresentação do governo do Estado à Assembleia Legislativa de um déficit de R\$ 4,8 bilhões (para o orçamento de 2027). Esse dado é revelador de como, mesmo com a venda de estatais importantes, mesmo com o auxílio do governo federal, o governador não conseguiu encontrar o equilíbrio fiscal que diz ser a marca da sua gestão. Precisamos de uma governadora que sente com o presidente da República e mostre a necessidade de esticarmos o prazo (do Funrigs) por pelo menos mais três anos. Evidentemente, isso está relacionado à adesão ao Propag (programa de renegociação da dívida do Estado com a União, que deve substituir o Regime de Recuperação Fiscal a partir de 2027), que trará caminhos importantes para o desenvolvimento do Estado ao abrir vagas na educação profissionalizante (visto que será possível utilizar o equivalente a 1% do saldo da dívida em investimentos nessa área).



Ao Senado, Manuela d'Ávila (PSOL) integra majoritária de Juliana Brizola (PDT)

Perfil

Manuela d'Ávila nasceu em Porto Alegre em 1981. É formada em Jornalismo pela Pucrs. Iniciou sua trajetória política no movimento estudantil, em 1999. Dois anos depois, ingressou no PCdoB. Em 2004, foi eleita a mais jovem vereadora de Porto Alegre. Em 2006, elegeu-se como a deputada federal mais votada do Estado. Em 2008, foi candidata à prefeitura de Porto Alegre. Em 2010, elegeu-se a deputada federal mais votada novamente. Em 2012, concorreu à prefeitura da Capital mais uma vez. Nas eleições de 2014, conquistou uma cadeira na Assembleia Legislativa, sendo a candidata no RS com mais votos. Em 2018, foi candidata a vice-presidente da República na chapa liderada por Fernando Haddad (PT). Em 2020, disputou o Paço Municipal pela terceira vez, sendo derrotada mais uma vez. Em 2024, anunciou a saída do PCdoB e, em 2025, filiou-se ao PSOL para concorrer ao Senado.

JC - O Propag trará mais investimentos à educação...

Manuela - Inclusive, quero levar ao governo federal uma proposta para a cláusula (do Propag) que permite a troca de juros por investimentos na educação (a cláusula conhecida como Juros por Educação prevê que, em vez de pagar os juros da dívida, os Estados devedores usam o valor correspondente para investir em educação). Proponho que pensemos que essa cláusula também pode abranger um sistema de equipamentos públicos de cuidados para mulheres, crianças e idosos. Por quê? Muitas mulheres não conseguem aderir à qualificação profissional, porque não têm com quem deixar as suas crianças ou os seus pais. Há uma geração de mulheres que está presa entre duas frentes, pois cuida dos filhos e dos pais idosos.

JC - Ainda sobre contas públicas, o que pensa sobre a criação do Fundo Constitucional do Sul e do Sudeste?

Manuela - Isso é revelador da necessidade do Rio Grande do Sul se relacionar com o Brasil de maneira positiva. Se pudéssemos voltar ao momento em que a Constituição brasileira foi desenhada, e disséssemos que



Defendo a imediata proibição das propagandas de bets. Precisamos avançar na regulação.

há um consenso entre a esquerda e a direita gaúcha para a criação de um fundo para o Sul do Brasil, muitos diriam que o Rio Grande do Sul - especialmente a metade Sul - não precisa disso. É o Nordeste que precisa disso, quase em uma negativa do papel do Brasil na construção do Rio Grande do Sul, e do papel do Rio Grande na construção do Brasil. Acredito em um Rio Grande do Sul alinhado com o Brasil. O Estado sempre cresceu nos projetos de desenvolvimento nacional e não de costas para o que acontecia no nosso País. Então, defendo a criação do fundo.

JC - Alguns debates trouxeram à tona a ideia de proibir as propagandas das bets no Brasil. A senhora é uma das candidatas ao Senado que defende essa medida. Se eleita, como pretende atuar nisso?

Manuela - Eu defendo a imediata proibição das propagandas de bets. Precisamos avançar no tema da proibição de propagandas e a crescente necessidade de regulação. E, quiçá, na proibição da jogatina virtual no Brasil. Esse tema aparece revestido por um caráter de saúde pública, porque temos um número grande de brasileiras e brasileiros dependentes do jogo. Viciados, para usar um termo que é errado na saúde, mas que é como as pessoas entendem. Mas também temos um problema do endividamento da população por causa das bets.

JC - O endividamento das famílias está afetando o consumo na economia...

Manuela - A dívida dos trabalhadores e trabalhadoras com as bets equivale ao consumo de dois feriados de Natal. A variação (negativa) da venda de tickets para o setor cultural fica entre 40% e 70%, a depender do evento. Por quê? Porque esse dinheiro está sendo usado nas bets. Então, isso tem impacto no setor de eventos, comércio, serviços, restaurantes. Está na hora de entendermos as bets como um risco para a economia brasileira.